

Em que pesem os problemas que pairam sobre a agricultura brasileira, ainda é considerável o seu nível de produção de grãos variados: da ordem de 70 milhões de toneladas entre arroz, feijão, milho, soja e trigo.

Ocorre que, assim como produz, o Brasil também desperdiça. Cerca de 1,7 milhão de toneladas de alimentos, nos últimos seis anos, desapareceram dos estoques reguladores que o Governo mantém na rede de aproximadamente 200 armazenadores por todo o país.

Essa quantia elevada de comida asseguraria, com tranqüilidade, a participação do próprio Governo no *Programa de Combate à Fome e à Miséria*, pensado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

O problema da fome e da miséria tem, então, a sua face terrível desenhada de forma um tanto quanto cruel: temos o alimento, mas ele se perde no caminho entre a roça e o prato do brasileiro pobre, devorado pelos descaminhos da corrupção. Enquanto isso, cerca de 32 milhões de brasileiros ficam à margem social, miserabilizados, sem a mínima condição de terem acesso sequer a uma cesta básica.

Sabe-se que o Brasil gastou entre 1986 e 1990 perto de 1,3 bilhão de dólares em programas de combate à fome. Mas sabe-se, também, através de uma CPI da Câmara dos Deputados, que, de cada US\$ 10 que saem de Brasília para atender a programas sociais, apenas US\$ 3 conseguem chegar até os mais carentes. Quer dizer, mais de 2/3 dos recursos são desviados e se perdem.

Receamos, então, que programas assistencialistas, os quais, de tempos em tempos, mobilizam artistas, intelectuais e redes de televisão, sirvam apenas para que o brasileiro (aquele que se encontra situado da metade para cima da pirâmide social) lave a sua consciência e a sua mão

com o donativo de algum alimento e volte ao seu cotidiano, a conviver com taxas inflacionárias superiores a 1% ao dia. Ocorre que esse mesmo problema vai continuar batendo à porta do brasileiro, enquanto medidas mais profundas não forem tomadas. A miséria e a fome, assim como a inflação, são bem mais persistentes que a vontade política institucionalizada para resolvê-las.

É nesse cenário desalentador que se fala em revisão constitucional (prevista para outubro deste ano). Ora, todos nós sabemos que, das várias Constituições que até hoje tivemos, essa é a que mais conseguiu avançar naquilo que poderíamos chamar de “conquistas sociais”. E não poderia ser de outra forma, num país onde, dos 62,1 milhões de “pessoas que trabalham”, apenas 3% ganham salários condignos, enquanto que a absoluta maioria fica afastada da possibilidade de solucionar problemas elementares de sobrevivência.

Então, o mínimo que o Brasil, esse campeão da mortalidade infantil na América Latina, poderia fazer, seria buscar, no seu texto maior, resolver, se não amenizar, esse quadro de padecimento nacional

Um dos temores da sociedade é o de que, em nome da “governabilidade” e de outros ajustes (entre eles o fiscal), sejam retiradas as conquistas sociais preconizadas no texto constitucional.

Assim, duas alternativas de luta se desenham: uma primeira, no sentido de se evitar qualquer revisão que retire do texto o seu compromisso social com os desassistidos. Uma segunda, seria a mobilização nacional no sentido de que haja uma efetiva regulamentação e aplicação das medidas sociais previstas, de tal forma que elas deixem de ser letra morta e adquiram vida real no sofrido Brasil de hoje.

É impossível não se pensar em retomada de desenvolvimento hoje. Mas desenvolvimento que leve em conta, por exemplo, que 8,4% da população que trabalha não recebe qualquer tipo de salário. Trabalha apenas em troca de moradia e de comida, o que, noutras palavras, significa escravidão. Será que estamos retrocedendo no tempo, de tal forma que a “senzala legisladora” precisará editar novas leis áureas? Esperamos que não.

Por isso mesmo estamos cobrando ao Congresso Nacional o compromisso ético e moral que ele tem com todo o povo brasileiro de defender os direitos estatuídos: direito ao trabalho com remuneração condigna, à comida, à habitação, à educação, à informação, à liberdade, enfim, o direito à vida.

*José de Castro*

*Editor e Jornalista Responsável*